



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Comunicado nº.7/80

em 10/3/80

A TODOS OS TRABALHADORES:

I

Como é do conhecimento geral está a decorrer entre todos os Sindicatos e o Governo a negociação para, entre outras coisas, tratar da revisão da actual tabela salarial, comida pela inflacção que, dia a dia, vai fazendo baixar o poder de compra de todos nós, numa percentagem que, depois do último aumento, já se cifra em mais de 20%.

Embora envolvida no processo do caderno reivindicativo, não tem a Direcção do Sindicato descurado este problema, também de grande importância para todos os trabalhadores, não obstante o esforço que isso tem implicado.

Os Sindicatos da área da Função Pública, apresentaram vários projectos, dos quais, no entanto, se destacam 2.

1- A PRC, elaborada essencialmente pela Federação dos Sindicatos da Função Pública e à qual aderiram os Sindicatos da área da CGTP-In, bem como Sindicatos independentes (Stal, por exemplo) e mesmo Sindicatos da área da UGT, (SETI por exemplo).

2- O projecto da autoria do Sintap, este surgido e talvez por isso mesmo, subscritos por poucos Sindicatos.

Consciente de que este ano a luta para a imposição de uma tabela salarial que defendesse os reais interesses dos trabalhadores ia ser bastante árdua, a Direcção do Sindicato dispõe-se a colaborar na luta comum que, porventura, fosse necessário desencadear, tendo, para isso, exposto o assunto à Assembleia Geral de 25/1, da qual obteve concordância para desenvolver toda a acção que achasse conveniente relativamente à PRC (a única proposta ainda existente na altura).

Nesse sentido temos mantido vários contactos, tendente, sem perda de qualquer parcela da nossa independência, formar uma unidade de acção, cada vez mais necessária perante as propostas irrisórias e as manobras contra os nossos interesses que se têm sucedido por parte do governo.

Graças aos bons officios de sectores do próprio Secretariado da C.G.T.P., foi marcada uma reunião entre a nossa Direcção e a Direcção do Sindicato da Função Pública - Zona Sul.

Nessa reunião, verificámos, no entanto, que a perspectiva dos nossos interlocutores era mais no sentido de conseguirem uma integração nossa do que a efectivação de um acordo pontual para este problema específico e para o desencadear de uma acção comum num problema que é de todos nós.

Apesar das reticências, apesar da tentativa constante de levar as conversações para o campo da integração, que não se discutia, que nem sequer podia ser discutida por esta Direcção, não só por nos faltar legitimidade para tal mas também por que é ideia que não poderíamos admitir, ficou assente que o nosso pedido de adesão seria levado ao 1º plenário de Sindicatos subscritores que se viesse a realizar. E, embora não nos tenha sido comunicado nada sobre o assunto, já sabemos a forma como esse nosso pedido foi apresentado. Sabemos que o Sindicato da Função Pública-Zona Sul apresentou ao Plenário a nossa pretensão mas opondo desde logo o seu veto, indicando que no âmbito da PRC não podiam coexistir os dois Sindicatos- o nosso e o deles.

II

Estes são os factos. Os laços de solidariedade continuam fracos. Continua-se por parte do S.F.P., a ter uma visão estreita dos problemas, a praticar-se o sectarismo, a postergar os interesses dos trabalhadores em favor dos interesses dos trabalhadores em favor dos interesses das cúpulas e doutros que não são propriamente sindicais.

Nós, Direcção do Sindicato da D:G.C.I., temos uma visão diferente. Acima de tudo interessa-nos defender os trabalhadores que representamos. E não só os que representamos como todos os outros colegas da Função Pública. Consideramos que é muito cómoda mas pouco moral a posição de expectativa, de aguardar em paz e sossego que outros tratem dos problemas que nos dizem respeito enquanto nós aguardamos, sem nada arriscar, os eventuais benefícios. Além do que consideramos que muitíssimo profícua a força que a nossa actuação poderia emprestar a uma eventual luta.

Mas não é nossa culpa que a solidariedade desejada cuja grande acção conjunta forçaria o governo a fazer justiça aos funcionários públicos, não se possa realizar. Demos os passos que devíamos dar. Mais não daremos, pois que seria quebra de dignidade. Isso não significa que nos alheemos do problema.

Procuraremos continuar a mantermo-nos informados, e prosseguiremos as nossas relações com os Sindicatos independentes e os subscritores da proposta Sintap e decidiremos se devemos interferir activamente no processo, isolados, ou em colaboração com os últimos Sindicatos citados.

É um problema que pomos aos nossos sócios, que gostaríamos que fosse discutido em cada distrito para que as Comissões Distritais viessem mandatadas para o efeito, a quando da reunião da Direcção com elas, a seguir à próxima reunião com o Director-Geral, reunião essa, (com as Distritais) que, provavelmente terá lugar no dia 21 do corrente.

Nós temos várias posições, em alternativa, as quais poderemos tomar. Ei-las:

- a) Alhearmo-nos de todos os problemas gerais;
- b) Tomarmos atitudes pontuais de apoio a posições assumidas por este ou aquele grupo que defenda interesses que nos pareçam justos, mas sem mantermos quais quer contactos inter-sindicais;
- c) Mantermos contactos inter-sindicais com todos aqueles Sindicatos que nos aceitam como tal, colaborando com eles, sem que tal atitude nos leve a qualquer integração ou à perda da independência.

São estas posições postas à meditação dos nossos sócios, certos que qualquer outra que ofenda a nossa autonomia e identidade não poderá ser considerada e não poderia sequer ser executada pela actual Direcção.

IV

Quanto à situação do aumento salarial não nos podemos congratular com as posições governativas. O primeiro aumento proposto foi de 14% a partir de Julho e 11,6% para o subsídio de refeição, equivalente, portanto a um aumento médio de 7% para o ano de 1980.

O Governo não apresentou qualquer contraproposta em termos de massa salarial global e recusa-se a um diálogo sério, pois que, até agora, a discussão tem sido conduzida pela Direcção-Geral da Função Pública, mas que alega desconhecer qual a disponibilidade orçamental, que será só do conhecimento do Ministro das Finanças, o que este nega, declarando que quem conduz a negociação, com todos os poderes é a referida Direcção-Geral. Um jogo do empurra que é já muito conhecido da nossa parte. As últimas notícias são de que o Governo irá apresentar uma nova proposta, até ao dia 15 deste mês.

V

Tudo o que relatámos na primeira parte deste comunicado não implica, na óptica da Direcção, uma má vivência entre os funcionários das Contribuições e Impostos e os integrados nos Sindicatos da PRC. Uma coisa são as Direcções de alguns, sectárias, imbuídas de intolerância e espírito hegemónico e outra os sócios, funcionários como nós, com problemas iguais aos nossos e com os quais devemos manter uma solidariedade activa e não uma mesquinha rivalidade que só favorece quem nos tenta explorar.

Saudações Sindicais
A DIRECÇÃO,

António Fortes
[Signature]